

## CONSTITUIÇÃO E ELEIÇÕES: O DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE SOCIEDADE E ESTADO EM 2024

### Autor(es)

Cintia Batista Pereira  
Dulcineia Alves Dos Anjos  
Habib Ribeiro David  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto  
Felipe De Almeida Campos

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

O IV Encontro de Pesquisa Jurídica propõe uma análise aprofundada sobre o diálogo entre a sociedade, o Estado e a Constituição, com foco especial nas eleições de 2024. Nesse cenário, o Direito Eleitoral se torna um instrumento essencial para assegurar a transparência, a legitimidade e a integridade do processo democrático. As recentes reformas eleitorais e o uso de novas tecnologias nas campanhas e na votação impõem novos desafios para a justiça eleitoral. A sociedade enfrenta também a ameaça das fake news, que podem comprometer a formação da vontade popular. Dessa forma, a realização de eleições justas e inclusivas depende de um diálogo constante entre os diversos atores sociais e institucionais envolvidos no processo. O evento busca analisar criticamente o impacto das eleições de 2024 na consolidação da democracia e no fortalecimento do Estado Democrático de Direito, com enfoque em temas como a reforma política, o financiamento de campanhas e os mecanismos de combate à desinformação.

### Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelo Direito Eleitoral nas eleições de 2024, abordando temas como a reforma política, a transparência do processo eleitoral, o impacto das novas tecnologias e o combate à desinformação. Analisar com ênfase na reforma política, na transparência do processo eleitoral e no papel das novas tecnologias no pleito.

### Material e Métodos

A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica e documental sobre a legislação eleitoral vigente e a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com ênfase nas mudanças recentes introduzidas pelas reformas eleitorais. Foram analisadas obras acadêmicas, artigos científicos e relatórios de instituições que monitoram a integridade eleitoral, além de dados históricos sobre eleições anteriores no Brasil. O estudo também incluiu uma abordagem comparativa com sistemas eleitorais internacionais, destacando boas práticas na gestão

de pleitos democráticos. Além disso, foi feito um levantamento sobre o uso de novas tecnologias, como o voto eletrônico e as redes sociais, e seu impacto na disseminação de fake news e no comportamento do eleitorado. Além disso, foram incluídas análises comparativas entre as mudanças previstas para 2024 e o processo eleitoral de eleições anteriores, tanto no Brasil quanto em democracias internacionais.

### Resultados e Discussão

Os resultados indicam que as eleições de 2024 serão marcadas por novos desafios à transparência e à legitimidade do processo eleitoral. A reforma política trouxe importantes mudanças, como o fim das coligações proporcionais, que visam reduzir a fragmentação partidária e melhorar a representatividade no Congresso Nacional. No entanto, há preocupações com os impactos dessa mudança sobre partidos menores. O uso crescente de redes sociais e plataformas digitais nas campanhas eleitorais também levanta questões sobre o controle e a fiscalização da desinformação, que tem se tornado um problema cada vez mais relevante. O TSE tem adotado medidas para combater as fake news, mas a efetividade dessas ações ainda será testada em 2024. O voto eletrônico, por sua vez, continua sendo um modelo de sucesso, mas exige constantes aprimoramentos na segurança cibernética para evitar ataques que possam comprometer sua credibilidade.

### Conclusão

As eleições de 2024 trarão desafios complexos ao sistema eleitoral brasileiro, exigindo reformas contínuas e maior vigilância por parte da sociedade e das instituições. O diálogo entre a sociedade, o Estado e a Constituição, promovido no IV Encontro de Pesquisa Jurídica, é essencial para garantir a integridade do processo eleitoral e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e também demandam ações eficazes contra a desinformação e a manipulação digital.

### Referências

BRASIL. Código Eleitoral. Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965.

Tribunal Superior Eleitoral. Resoluções sobre as Eleições de 2024. Disponível em: <[www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)>. Acesso em: 10 out. 2024.

NICOLAU, Jairo. Eleições no Brasil: do Império aos Dias Atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

COSTA, Fernando. Desafios do Direito Eleitoral na Era Digital. São Paulo: Revista de Direito Público, 2022.